

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Alta do petróleo desafia política de preços da Petrobras	2
Título: Acordo com União vai dar fôlego à Petrobras para novos leilões	4
Título: Recursos podem não entrar neste ano.....	5
Título: Por acordo de base de Alcântara, governo atua em várias frentes.....	7
Título: Mineração no fundo do mar começa a atrair atenção	9
Título: Alimentos e combustíveis puxam aceleração do IPCA	11
Título: Cade condena BR Distribuidora e Ipiranga por cartel em MG.....	13
Título: Destaques	14
Título: Curtas	15
Título: Destaques	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Para setor, cessão onerosa foi positiva para petroleira	16
Título: Meta de privatização será superada, diz Guedes	17
Título: Petrobrás prepara operação para vender até 30% da BR Distribuidora	18
Título: Após venda da TAG, estatal quer oferecer mais três gasodutos	20
Título: Por cartel em MG, Cade multa BR e Ipiranga	21
Título: » Cerco.	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Inflação supera meta com alta de alimentos e gasolina.....	21
Título: Cem dias após posse, estados em crise parcelam salários e paralisam obras	23
Título: PATROCÍNIO JUSTO	27
VEÍCULO: O Globo.....	27

Título: Salles defende leilão de petróleo, mas não garante licença	27
Título: Guedes promete rigidez em acordos comerciais.....	29
Título: TCU proíbe Eletrobras de reajustar salários	30
Título: Gasolina e alimentos fazem inflação subir 0,75% em março	31
Título: Após vender TAG, Petrobras pretende se desfazer de mais gasodutos.....	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	32
Título: Acordo sobre cessão onerosa agradou.....	32

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/04/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Juliana Machado e Maria Cristina Fernandes | Do Rio e de São Paulo

Título: Alta do petróleo desafia política de preços da Petrobras

Os preços do petróleo romperam nos últimos dias, pela primeira vez em 2019, o patamar de US\$ 70 o barril e já acumulam uma alta de 32% no ano. A valorização da commodity volta a assombrar o mercado, diante dos riscos de impacto inflacionário, e desponta como o primeiro grande teste para uma das metas do governo de Jair Bolsonaro: manter os preços dos combustíveis alinhados com o mercado internacional.

Nas últimas semanas, a Petrobras espaçou os reajustes de derivados, em uma prática que tem levantado dúvidas sobre o alinhamento de preços entre os mercados interno e externo. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima que o diesel vendido pela estatal, nas refinarias, estava, na terça-feira, entre 3% e 6% abaixo do preço de paridade importação (PPI). Não há, porém, consenso. A LCA, por exemplo, estima que os preços do diesel estão 21% acima da

referência do golfo do México e que a gasolina seja vendida com defasagem de 16%.

Entre março e abril, a companhia chegou a ficar 17 dias sem aumentar a gasolina. O diesel, por sua vez, acumula 20 dias sem reajustes nas refinarias, o período mais longo sem mudança nos preços desde o fim do programa de subvenção de 2018.

Mesmo assim, nos cem primeiros dias do ano, a petroleira reajustou em 15,4% o litro do diesel e em 28,5% o da gasolina, nas refinarias, em um movimento bem mais intenso que o registrado em igual período do ano passado, quando os derivados registraram quedas de 0,04% e 5,1%, respectivamente.

Em meio ao aumento do petróleo, os preços da gasolina também seguem trajetória de alta nos postos. A empresa de pesquisa de mercado Triad Research calcula que o preço médio atingiu, na segunda-feira, R\$ 4,511 por litro na bomba, o maior do ano na média do país. No acumulado de 2019 o comportamento é estável. Já o diesel acumula alta de 2% nos postos.

A Petrobras esclareceu que seus preços levam em consideração a paridade internacional, margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado. A estatal explicou que calcula o PPI a partir de simulações sobre o custo de potenciais competidores na importação, mas ressalva que o PPI "não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes".

Em março, a petroleira decidiu que passaria a reajustar o diesel em intervalos não menores que 15 dias. A decisão coincidiu com a veiculação de informações - negadas pelas lideranças do movimento - de que uma nova greve de caminhoneiros estaria em gestação. A empresa informou que garante sua rentabilidade por meio de mecanismos de proteção (hedge).

Antes do anúncio de março, porém, a estatal vinha reduzindo a frequência dos reajustes que, antes da greve de 2018, eram praticamente diários. Nos cem primeiros dias do ano, a Petrobras reajustou o diesel 14 vezes (média de uma vez por semana) e a gasolina 24 vezes (um a cada quatro dias).

Segundo dois analistas consultados pelo **Valor**, a promessa da Petrobras de usar hedge mantém o sangue-frio do mercado quanto ao fato de a estatal estar segurando os reajustes, mas o atraso no repasse faz com que o mercado coloque uma lupa sobre a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Rita Azevedo e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo****Título: Acordo com União vai dar fôlego à Petrobras para novos leilões**

Em meio a falta de detalhes sobre a necessidade de uma mudança na legislação, ao prazo e à forma de pagamento à Petrobras sobre a revisão do acordo da cessão onerosa, especialistas do setor acreditam que a companhia utilizará o montante de US\$ 9,058 bilhões definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para fortalecer seu portfólio de áreas de exploração e produção, principalmente no pré-sal. A expectativa é que a empresa destine os recursos para a aquisição de blocos no mega leilão do excedente da cessão onerosa e em outras rodadas.

Um dia após o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, terem divergido sobre a necessidade de uma mudança legal para a engenharia montada pelo governo para a revisão do contrato da cessão onerosa casada com a realização do mega leilão do excedente, o CNPE aprovou na terça-feira o valor a ser pago pela União à Petrobras no âmbito da negociação. Vale lembrar que a cifra ainda precisa ser aprovada pelo comitê de minoritários e, em seguida, pelo conselho de administração da petroleira.

Para o Santander, a Petrobras vai usar os recursos "para garantir que o crescimento das reservas e produção continuem a melhorar, o que, por sua vez, aumentará a rentabilidade e retornos, dada a área do pré-sal no Brasil", afirmaram os analistas Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida, em relatório distribuído a clientes.

Em fevereiro, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, afirmou que pretende utilizar os recursos para adquirir novos ativos no mega leilão de 28 de outubro e que não conta com eles para os planos de desalavancagem financeira da empresa. "Nosso maior interesse é realmente participar do leilão [dos excedentes] e temos oportunidade para no futuro expandirmos na produção", disse ele, em entrevista coletiva, na época.

Com relação ao valor anunciado, a cifra está em linha com o esperado pela maior parte do mercado. "O acordo confirma os números que vinham sendo ventilados nas últimas semanas. É importante porque acaba com a novela e ultrapassamos uma barreira para que se realize o leilão de outubro", disse Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

Maia, presidente da Câmara, diz que solução estudada para cessão onerosa tem de passar por mudança legislativa

Na avaliação do BTG Pactual, o valor foi abaixo do previsto, mas nem por isso o acordo pode ser considerado negativo. Thiago Duarte e Pedro Soares, analistas que assinaram relatório do banco enviado a clientes, esperavam ganho da Petrobras de US\$ 10 bilhões. "No entanto, depois de meia década de discussões e várias idas e vindas, o acordo é positivo", disseram, considerando o fim do risco potencial de perda judicial e a possibilidade de novos ganhos com futuros ressarcimentos.

Algo que ainda não está claro, segundo o BTG Pactual, é como a União irá pagar a Petrobras, tendo em vista a situação fiscal do país. Os analistas alertam que ainda há o risco de um possível aditivo contratual condicionar o pagamento à estatal ao desempenho da venda dos ativos no leilão. Como os termos do certame ainda não foram definidos, dizem eles, ainda não é possível estimar com precisão os riscos envolvidos nesse processo.

Para o Itaú BBA, a revisão do acordo adiciona R\$ 2,6 ao preço-alvo de 2019 das ações preferenciais da Petrobras, atualmente em R\$ 32. Em relatório, os analistas André Hachem e Leonardo Marcondes destacaram que a liquidação financeira do valor a ser pago está prevista para 13 de dezembro.

Pelas regras do leilão de outubro, além do pagamento da União à Petrobras, os vencedores deverão pagar à estatal uma compensação pelos investimentos feitos na descoberta dos volumes excedentes - reservas que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito de produzir no pré-sal, como parte do contrato da cessão onerosa de 2010, que permitiu a União aumentar sua fatia no capital da petroleira.

O leilão do excedente deve exigir investimentos vultosos. Estimativas giram em torno de bônus da ordem de R\$ 100 bilhões. Se confirmados os bônus dessa ordem, a expectativa é que, com os recursos a serem recebidos da União, a Petrobras tenha condições de comprar cerca de um terço dos volumes excedentes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: Recursos podem não entrar neste ano**

Apesar de oficialmente anunciar que fará o leilão e receberá ainda este ano os recursos decorrentes do leilão das áreas excedentes da cessão onerosa de

petróleo, a área econômica enxerga nos bastidores riscos de não conseguir cumprir os prazos previstos para viabilizar ainda neste ano o recebimento dos recursos. A programação oficial, reafirmada na terça-feira à noite, é que o leilão seja feito em 28 de outubro e o bônus de assinatura pago em 13 dezembro.

Em conversa com o **Valor**, fontes reconhecem que, como o acordo entre União e Petrobras anunciado nesta semana atrasou mais de um mês em relação ao inicialmente previsto nesse calendário, o risco de esses recursos não entrarem no caixa do governo neste não deve ser desprezado. Para não ter riscos de atraso, o acordo teria que ter sido feito em fevereiro ou no mais tardar no início de março.

O pagamento do valor de US\$ 9,058 bilhões do Tesouro para a Petrobras está vinculado ao recebimento do bônus de assinatura dos excedentes, cujos valores estimados variam de R\$ 80 bilhões a mais de R\$ 100 bilhões.

O governo também discute se o pagamento do acerto de contas com a Petrobras será ou não contabilizado no teto de gastos. Discute-se de que maneira a exclusão dessa despesa, que em reais é de R\$ 33,7 bilhões, do limite das despesas poderá ser feita. Sem isso, a situação do Tesouro fica complicada.

Apesar dos riscos de o dinheiro não entrar nas contas públicas neste ano, o acordo fechado é tratado com otimismo na área econômica e como passo decisivo não só para melhorar a situação fiscal da União (e também de Estados e Municípios), mas também para destravar investimentos vultosos.

De qualquer forma, se não entrar neste ano, o dinheiro elevará o resultado primário do setor público quando for recebido, possivelmente em 2020, portanto.

Em entrevista coletiva na terça, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, mostrou segurança de que a definição da data do leilão permite que os recursos entrem no caixa público ainda no ano fiscal de 2019.

Segundo ele, o pagamento à Petrobras será operacionalizado "horas depois" ao depósito do bônus de assinatura.

O secretário afirmou ainda que o pagamento da Petrobras está condicionado a uma arrecadação no leilão igual ou superior ao pagamento à Petrobras. Ao dizer isso, o técnico do Ministério da Economia ressaltou que essa condição partia de uma avaliação conservadora.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Fernando Exman, Marcelo Ribeiro e Andrea Jubé | De Brasília****Título: Por acordo de base de Alcântara, governo atua em várias frentes**

O governo começou a investir em várias frentes para defender no Congresso o acordo de salvaguarda tecnológica que possibilitará que os Estados Unidos e outros países possam lançar satélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adverte que só colocará a proposta em votação quando o debate estiver amadurecido na Casa.

Ontem os ministros da Defesa, Fernando de Azevedo e Silva, e da Ciência, Tecnologia e Comunicações, Marcos Pontes, expuseram aos deputados a relevância estratégica da aprovação da matéria em comissões diferentes, antes mesmo de a proposta chegar ao Congresso. O acordo foi um dos pontos fortes da visita do presidente Jair Bolsonaro a Washington em março, mas o texto ainda não foi enviado ao Legislativo.

Embora o governo tenha pressa, o presidente da Câmara defende que a proposta seja colocada em votação no plenário somente quando a base governista estiver organizada. Para ele, esse é o tipo de projeto envolvendo relações com outros países que só pode ser votado quando há entendimento, pois uma eventual rejeição poderia gerar danos à imagem do Brasil no exterior.

"Não é fácil passar, não", disse Maia, acrescentando que sua avaliação não se refere ao mérito da proposta, mas sim à necessária organização da base aliada. "Se não estiver maduro, melhor não votar", ponderou.

Maia ressalva que a diversidade da bancada maranhense é um aspecto que pode beneficiar a tramitação do projeto. Isso porque, por serem majoritariamente a favor, devem pressionar que seus colegas de partido votem favoravelmente à proposta. A bancada do Maranhão tem 18 deputados filiados a PT, PTB, PMN, Patriota, PCdoB, DEM, PR, MDB, PDT, Pros, PSD, PRB, PSB, PP e Podemos.

O governo Bolsonaro argumenta que o acordo corrige pontos controversos sobre a soberania nacional, que levou à rejeição da proposta elaborada no governo de Fernando Henrique Cardoso em 2000. No entanto, há três questões

que vêm sendo levantadas pela oposição: a restrição de circulação de brasileiros em áreas que seriam controladas pelos americanos, o que colocaria a soberania em xeque; o veto ao uso dos recursos do centro de lançamento para o desenvolvimento do veículo lançador nacional; e a realocação de dezenas de famílias de quilombolas que vivem na região.

Ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o ministro Fernando Azevedo e Silva disse que o acordo é "imprescindível" para a entrada do Brasil no mercado global. Segundo ele, até 2040, a expectativa é que o mercado mundial de lançamento de foguetes movimente US\$ 1 trilhão.

Para explicar o acordo, Azevedo e Silva fez uma comparação com um quarto de hotel: o hóspede tem as chaves do local por um determinado tempo, mas não se torna dono do lugar.

O ministro ressaltou que se o Congresso vetar o acordo, como fez em 2000, a base de Alcântara voltará a ser considerada apenas uma base militar. Ele defendeu que o Brasil siga o caminho de outros países que assinaram acordos semelhantes, como a China, a Rússia e a Índia.

Já o ministro Marcos Pontes assegurou, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, que o novo acordo não ameaça a soberania brasileira. Ele adiantou que já iniciou as discussões para assinar acordo semelhante com o Japão, mas alertou que é preciso priorizar os Estados Unidos porque 80% dos equipamentos espaciais do mundo possuem algum componente norte-americano.

A oposição alegou que dispositivos do acordo restringem o trânsito de brasileiros na base espacial. "Não há permissão de inspeções brasileiras das áreas restritas sem autorização dos Estados Unidos, e os brasileiros não podem entrar nas áreas restritas sem autorização dos Estados Unidos", questionou o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ).

"O controle do centro é nosso, a chave é nossa, temos acesso a todas as áreas, controlamos quem entra e quem sai", rebateu o ministro. "As questões de soberania me são muito caras e para o comando da Aeronáutica também", reforçou.

O ministro foi cobrado pela falta de diálogo com comunidades quilombolas que habitam a região da base. Mas ele ponderou que esta será uma segunda etapa

do processo. Ele acrescentou que visitará a base neste domingo, quando estabelecerá diálogo com os quilombolas.

O ministro também negou que outro dispositivo inviabilize o uso de recursos obtidos com a parceria americana no desenvolvimento de um sistema e de veículos de lançamento. Observou que o país pode aproveitar a entrada desses recursos em outras áreas e destinar as verbas destas como quiser. "Na prática, não impede nada", argumentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Mineração no fundo do mar começa a atrair atenção

Um acordo internacional de mineração nos mares está em gestação nas Nações Unidas. Trata-se de definir como extrair minérios no solo e subsolo de regiões dos oceanos que ficam em alto-mar e não estão sob jurisdição de nenhum país. As negociações estão em fase inicial, mas já há um texto-rascunho do instrumento legalmente vinculante que irá regulamentar a atividade minerária nos mares.

As discussões em torno de um regime legal internacional de mineração no leito profundo de áreas nos oceanos além das jurisdições nacionais acontecem na esfera da International Seabed Authority (Isba), organismo ligado à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a UNCLOS.

A "Lei do Mar" entrou em vigor em 1994 e foi ratificada por 168 países. Os Estados Unidos não a assinaram, mas participam como observadores de todos os debates da comunidade internacional.

Na estimativa do capitão de mar e guerra André Panno Beirão, 30% dos oceanos já estão sob jurisdição de algum país. Mas 70% não. São zonas consideradas patrimônios da humanidade.

A Convenção do Mar é um guarda-chuva para temas como comércio exterior, proteção ambiental, segurança dos territórios. "Mas não é uma panaceia, não solucionou todos os problemas. Há lacunas", explicou o diplomata Rodrigo Mendes Carlos de Almeida no evento "A Economia e a Geopolítica do Mar", promovido pela Fundação FHC ontem em São Paulo.

"O Brasil é um país marítimo. Cerca de 90% do nosso comércio vai pelo mar, somos o décimo país em transporte marítimo mundial", lembrou Almeida, chefe

da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Itamaraty, a DMAE. "Estamos nesses fóruns para defender os interesses do Brasil."

Na minuta inicial da regulamentação da mineração que veio a público em 28 de março há a proposta de se exigir de países que quiserem minerar no solo do mar um grande estudo de avaliação e impacto ambiental. Em paralelo, existe a proposta de criação de uma empresa internacional que funcione como um braço operacional para a extração e que cuide dos contratos e da fiscalização.

Hoje não é possível extrair minérios do fundo do mar porque não há regulamentação. Existem, contudo, parâmetros e regras para pesquisa e prospecção há 15 anos.

No fundo dos oceanos há "nódulos polimetálicos", pequenas esferas de metais que se formam ao longo de milhões de anos. Outros recursos são os "sulfetos polimetálicos". Nas montanhas submarinas existem as "crostas cobaltíferas". Estas formações têm ferro, manganês, cobalto e outros minerais.

Existem 21 contratos mundiais junto à ISBA para pesquisa e prospecção de recursos minerais além de coleta de dados. São contratos de 15 anos e alguns estão expirando, explicou o professor de oceanografia Jose Angel Alvarez Perez, da Universidade do Vale do Itajaí.

O Brasil tem um destes contratos desde 2015, na Elevação do Rio Grande, região no Atlântico Sul a mais de 1,1 mil km da costa. Na cordilheira submersa, pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil fazem estudos ambientais, oceanográficos e de avaliação do potencial mineral. O país fez um pleito na Comissão de Limites da ONU, em dezembro de 2018, para agregar a área rica em cobalto.

"Há um grande esforço do governo nesses estudos, e que mobilizam a academia. Isso é importante. Mas é um esforço mais focado em interesses de soberania do que de conhecimento", registra Perez.

"É preciso muita cautela na mineração em mar profundo", seguiu o professor Alexander Turra, do Instituto Oceanográfico da USP, lembrando a sensibilidade destes habitats. "Para reverter impactos neste tipo de ambiente serão necessários milhares de anos."

"O Brasil pode ter importantes recursos à disposição na exploração sustentável dos oceanos se nossa legislação e os órgãos ambientais forem fortalecidos", seguiu Turra. "Mas se tivermos um caminho frágil no licenciamento ambiental, de enfraquecimento da legislação e dos órgãos ambientais e com decisões não baseadas no conhecimento, podemos ter o contrário", continuou. "São

processos que têm que ser muito bem analisados ou podemos ter mais Marianas e Brumadinhos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Bruno Villas Bôas, Hugo Passarelli e Thais Carrança | Do Rio e de São Paulo

Título: Alimentos e combustíveis puxam aceleração do IPCA

Pressionado por alimentos e combustíveis, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, surpreendeu ao acelerar para 0,75% em março, de 0,43% em fevereiro, segundo divulgado nesta quarta-feira pelo IBGE. Trata-se da maior taxa para o mês de março desde 2015 (1,32%).

O resultado ficou acima do teto das expectativas de 30 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data, cujo intervalo das projeções ia de alta de 0,53% a um avanço de 0,67%. Na média, os analistas consultados previam que a inflação mostraria aceleração para 0,62%.

O IPCA mais "salgado" do mês não preocupou analistas, embora tenha gerado algumas revisões para cima nos cenários de preços de curto e médio prazos. O banco Safra, por exemplo, elevou a previsão de IPCA de abril de 0,49% para 0,56%. A MCM Consultores, por sua vez, revisou sua projeção de IPCA deste ano de 3,90% para 4%.

Pelo indicador acumulado de 12 meses, a inflação seguiu em trajetória de aceleração: 4,58% no acumulado até março, acima dos 3,89% registrados no acumulado até o mês anterior. Foi o maior índice acumulado em 12 meses dos últimos dois anos, desde a alta de 4,76% em fevereiro 2017 (+4,76%).

Dessa forma, o índice de 12 meses ficou acima do centro da meta de inflação, de 4,25% neste ano - a meta tem margem de flutuação de 1,5 ponto percentual, para mais ou menos. Economistas ainda acreditam, porém, que o índice deve ceder a partir de junho, com o fim de pressões sazonais, especialmente de alimentos.

Apesar da aceleração registrada em março, o IPCA segue sem sinais de pressão de demanda, disse Fernando Gonçalves, gerente de Índices de Preços do IBGE, ao comentar nesta quarta-feira o resultado da inflação de março. Segundo ele, a alta do mês foi também concentrada em alimentos e transportes, o que seria algo positivo. "Esses dois grupos somados representaram 80% do IPCA do mês", disse.

A inflação do grupo de Alimentação e bebidas, que representa um quarto das despesas das famílias, saiu de uma alta de 0,78% em fevereiro para 1,37% em março. Os alimentos para consumo em casa subiram 2,07% em março, com destaque para produtos como tomate (31,84%), batata-inglesa (21,11%) e feijão carioca (12,93%).

O avanço dos alimentos era esperado por analistas e reflete questões sazonais de clima e oferta.

O grupo de Transportes também teve aceleração importante. Os preços desse grupo tinham recuado 0,34% em fevereiro e passaram a subir 1,44% em março. A gasolina ficou mais cara em 2,88%, refletindo repasses da alta dos preços nas refinarias. As passagens aéreas, um dos itens mais voláteis, avançou 7,29%.

Essa aceleração de preços, porém, não preocupa os analistas - a grande ociosidade de mão de obra e expectativas de inflação ancoradas não deixariam espaço para aceleração da inflação. Analistas também chamaram atenção para o quadro benigno de uma série de medidas de preços que excluem itens mais voláteis.

Em relatório, a gestora Guide Investimentos menciona, por exemplo, que o núcleo de serviços subiu de 0,17% em fevereiro para 0,20% em março, mas desacelerou de 3,50% para 3,33% na comparação em 12 meses. E ressalta que cinco medidas de núcleo de inflação estão abaixo de 4%, o que confirma o cenário benigno para os preços.

A 4E Consultoria apontou, em relatório, que o aumento de preços em março ficou restrito a itens de alta volatilidade dentro do índice e não deve persistir nos próximos meses. Em particular, a inflação de alimentos deve ceder uma vez normalizadas as condições climáticas adversas, conforme a consultoria.

O Itaú considerou a alta de preços de março como "incomum", explicada pelo avanço de preços da alimentação no domicílio acima do esperado. O banco manteve, contudo, sua estimativa de uma alta de 3,6% no IPCA em 2019, citando núcleos de inflação de serviços e serviços subjacentes muito bem comportados.

Para abril, a estimativa do banco está em revisão, mas deve ficar em algo entre 0,5% e 0,6%, com alimentos ainda pressionados e o impacto do reajuste de preços dos medicamentos. "Novamente, a pressão virá de itens que não estão no núcleo - administrados ou alimentação no domicílio", diz Julia Passabom, economista do Itaú.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Fábio Pupo | De Brasília****Título: Cade condena BR Distribuidora e Ipiranga por cartel em MG**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu, por maioria, condenar a BR Distribuidora e a Ipiranga em um caso de cartel de postos de combustíveis na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. A estatal deve pagar penalidade de R\$ 69 milhões e a concorrente, entre R\$ 40 milhões e R\$ 47 milhões.

O processo administrativo foi aberto em abril de 2010 para apurar as então supostas infrações contra a ordem econômica entre 2006 e 2008 no mercado da capital mineira e de Contagem e Betim. O Cade investigou uma associação, além de 55 empresas e 24 pessoas físicas.

De acordo com o órgão antitruste, os postos faziam acordos de preços, além de trocarem informações comerciais e concorrencialmente sensíveis. As principais evidências foram conversas obtidas por interceptações telefônicas, dados recolhidos em diligências de busca e apreensão, documentos apresentados por signatários de Termos de Compromisso de Cessação (TCC), além de interrogatórios e depoimentos.

Em outubro de 2018, o Ministério Público Federal (MPF) no Cade entendeu que havia provas robustas das infrações - inclusive contra as distribuidoras. O MPF opinou pela condenação de 35 pessoas jurídicas e 16 pessoas físicas pela prática dos ilícitos apurados. Além disso, pediu pela suspensão do processo com relação a 13 pessoas jurídicas e cinco pessoas físicas que assinaram TCCs com o órgão antitruste. Entre as que assinaram acordo, está a AleSat Combustíveis.

Ao seguir para o tribunal do Cade, o caso foi relatado pelo conselheiro João Paulo de Resende. Ele leu seu voto em janeiro e disse que as empresas sabiam do que acontecia. "As quatro distribuidoras [Petrobras, Ipiranga, Raízen e AleSat] tinham plena consciência do cartel na região", disse. Ele afirma ainda que havia um acordo de "não agressão" entre BR Distribuidora e AleSat, que teria inclusive ciência de dirigentes da estatal.

Segundo o relator, a existência de um acordo para a combinação de preços dos postos é evidenciada principalmente pelo conteúdo das conversas telefônicas obtidas. "As interceptações indicam combinações de preços, monitoramento de

concorrentes para implementação do acordo combinado e tentativa de convencer ou coagir outros postos", disse.

Resende sugeriu que a Petrobras Distribuidora teria que pagar uma penalidade de R\$ 39,6 milhões. A Ipiranga, R\$ 8,2 milhões. A Raízen, R\$ 4,4 milhões. Na época, a conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova pediu vistas do processo e, com isso, a deliberação ficou suspensa.

Ontem, Polyanna optou pela condenação da BR Distribuidora. Mas não viu provas contra as distribuidoras Raízen, o que foi seguido na decisão em plenário.

Os conselheiros divergiram entre si em diferentes detalhes ao julgar o caso. No fim, prevaleceu a condenação de BR Distribuidora e Ipiranga. No caso da companhia privada, houve divergência também em relação ao cálculo da multa a ser aplicada (R\$ 40 milhões ou R\$ 47 milhões) - o que deixou a decisão final para ser lida posteriormente.

A BR divulgou nota informando que "irá recorrer da condenação por influenciar o segmento da revenda, acusação incompatível com atuação da BR, pautada pelas melhores práticas comerciais, concorrenciais, a ética e o respeito ao consumidor, exigindo o mesmo de seus parceiros".

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	11/04/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Barragens interditadas

Os auditores fiscais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, interditaram cinco barragens em Minas Gerais entre terça-feira e ontem. Em Ouro Preto, foram interditadas as barragens Forquilha I, Forquilha II, Forquilha III e Marés II, do complexo de Fábrica. Em Nova Lima, foi interditada Maravilhas II, do complexo de Vargem Grande, além do grupo do Complexo de Fábrica. Todas as barragens são da Vale.

Amazonas Energia

A Eletrobras transferiu para o consórcio formado pela Oliveira Energia e Atem Distribuidora de Petróleo o controle da distribuidora Amazonas Energia, após o

cumprimento de todas as condicionantes do edital de leilão para venda da distribuidora. Ela informou ainda que se tornou eficaz a cessão de direitos da Amazonas Energia para a Eletrobras referentes à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), no valor de R\$ 4 bilhões. Em contrapartida, a estatal assumirá obrigações em valores equivalentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Produção da Petro Rio

A Petro Rio produziu 21 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia em março, um aumento de 70% na comparação com fevereiro. No primeiro trimestre, a produção de petróleo somou 15 mil boe diários. O resultado foi influenciado pelo acréscimo de dados sobre o campo de Frade, que não registrou produção em fevereiro. A produção não região totalizou 9,7 mil boe. A Petro Rio não registrou vendas em março. Como não há dados sobre vendas em janeiro, apenas sobre fevereiro, as vendas no primeiro trimestre somaram 544,6 mil barris.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/04/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

CSN capta US\$ 1 bi

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) concluiu uma emissão de US\$ 1 bilhão em bônus no mercado internacional, de acordo com uma fonte que preferiu não ser identificada. A empresa levantou US\$ 400 milhões com a reabertura da emissão com prazo em 2023. O retorno ao investidor ("yield") ficou em 7,25%, abaixo da taxa estimada no início do dia de 7,375%. A companhia também levantou US\$ 600 milhões em novos bônus com prazo em 2026. O yield ficou em 7,875%, ante a estimativa inicial de 8%. A demanda foi de cerca de duas vezes o valor emitido. Os recursos serão usados para financiar a recompra de outros bônus. **(Daniela Meibak)**

Bônus da Petrobras

Os títulos de dívida da Petrobras tiveram alta nesta quarta no mercado internacional com os investidores avaliando o acordo para a revisão da cessão onerosa. O bônus com vencimento em 2027 foram negociados a 111,5% do valor de face, uma alta de 0,53 ponto percentual em relação ao nível registrado na terça. De acordo com um gestor de renda fixa, os papéis da companhia estão cotados com o menor spread na comparação com os títulos soberanos do Brasil desde 2017. Em uma comparação entre os títulos com vencimento em 2027 da empresa e do Tesouro Nacional, o spread está em 109 pontos base. A média era de 157 pontos desde 2017. **(Daniela Meibak)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes / RIO

Título: Para setor, cessão onerosa foi positiva para petroleira

O acordo fechado entre Petrobrás e União sobre a cessão onerosa, no valor de R\$ 33,6 bilhões, foi bem recebido pelo mercado, que havia seis anos aguardava o desfecho da operação. O acordo diz respeito a um reservatório gigante no pré-sal da bacia de Santos, que pode mais do que dobrar as reservas de petróleo do Brasil.

Recém-saída de sua pior crise financeira, a Petrobrás deve usar os recursos para adquirir blocos no leilão dessa área, previsto para 28 de outubro. A expectativa é de que o leilão de outubro ofereça 10 bilhões de barris em reservas. A Petrobrás vai disputar os blocos com empresas privadas, que terão que ressarcir posteriormente a estatal pelos investimentos já realizados na área. Ainda não foi divulgado, no entanto, o valor do investimento pela petroleira nesses reservatórios.

"O governo não tem dinheiro, e assim ela (Petrobrás) compra áreas potenciais no leilão que irão gerar fluxo de caixa adiante, e melhorar sua estrutura de capital", diz Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Wealth Management. "Tecnologia ela já tem, então é só receber as áreas e produzir."

Ainda não foi definido quais blocos entrarão no leilão, o que deve ocorrer na reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcado para o dia 17 de abril. A expectativa do governo é que o leilão da cessão onerosa renda R\$ 100 bilhões.

Se a Petrobrás exercer seu direito de preferência, vai gastar R\$ 30 bilhões com a compra das áreas. "Para a Petrobrás é bom porque o crédito (a ser recebido da União) vai ser convertido em petróleo. São ativos em áreas nas quais já tem participação. É um petróleo certo, sem risco, que melhora a situação financeira da empresa", afirma Edmar Almeida, professor da UFRJ.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Economia

Autor: Ricardo Leopoldo CORRESPONDENTE / NOVA YORK

Título: Meta de privatização será superada, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem em Nova York que a meta de privatizações traçada para este ano deve ser superada entre 20% e 40%. "As privatizações têm meta de US\$ 20 bilhões e já vendemos de forma silenciosa US\$ 12 bilhões", destacou o ministro. Ele apontou que tal processo deve continuar bem no decorrer de 2019. Este ano, o governo já leiloou vários aeroportos e a ferrovia Norte-Sul, entre outras privatizações.

Segundo Guedes, o movimento de venda de estatais é um dos pilares da agenda econômica do governo Jair Bolsonaro, porque dará eficiência ao Estado e trará mais competição empresarial e oferta de serviços à população. Em evento para investidores internacionais da XP investimentos, Guedes também disse acreditar que a reforma da Previdência será aprovada este ano, com a economia de R\$ 1 trilhão em dez anos. "A Previdência tem várias bombas-relógio e uma delas é a demografia.

Se com a reforma aprovarmos além de R\$ 1 trilhão, abriremos em seguida o regime de capitalização", disse. O ministro ressaltou que, como os gastos com aposentadorias são a principal despesa primária do Executivo, "somente ignorância ou egoísmo" explicam que o Brasil mantenha esse sistema de pagamento de benefícios. De acordo com Paulo Guedes, outro tema essencial é a nova orientação para os bancos públicos, que devem reduzir o nível de alavancagem e trabalhar com foco exclusivo em operações rentáveis.

Ele destacou que a Caixa deverá realizar duas ofertas públicas de ações (aberturas de capital de unidades) no segundo semestre. O ministro também apontou que o governo precisa reduzir gastos com juros, de R\$ 400 bilhões por ano, que ele destacou como um montante semelhante ao Plano Marshall para a recuperação da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Ele não explicou como o governo faria tal diminuição de despesas. Segundo o ministro, o governo deverá realizar a reforma tributária, pois, com 45 impostos, a economia do País não tem condições de funcionar de modo apropriado.

"Vamos fundir PIS, Cofins e contribuição sobre lucros", destacou. Ele lembrou, que da redução do número de tributos, surgirá o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Cessão onerosa. Guedes também apontou que, com o acordo de cessão onerosa fechado entre o governo e a Petrobrás, os leilões para a concessão de exploração de petróleo devem avançar neste ano. O ministro disse que a abertura comercial vai ocorrer e que será muito importante para reduzir os custos de importados e melhorar a competitividade e produtividade do País.

Ele apontou que as tarifas médias no Brasil e vão baixar nos próximos anos, a fim de ficarem mais próximas do patamar médio dos países da OCDE. Ele também apontou o Brasil voltará a crescer rápido e sair da baixa expansão dos últimos dez anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Mônica Scaramuzzo

Título: Petrobrás prepara operação para vender até 30% da BR Distribuidora

Caixa. Por meio de emissão de ações, empresa reduziria sua participação na subsidiária de distribuição de combustíveis de 70% para 40%; expectativa é que sejam levantados R\$ 8 bi em operação, que pode ser liderada por investidores como o fundo BlackRock

A Petrobrás avalia vender até 30% de sua participação na BR Distribuidora, maior empresa de postos de combustíveis do País, apurou o "Estado". A petroleira está em conversas avançadas com bancos e investidores financeiros para se desfazer de sua fatia por meio de emissão de ações (operação conhecida como "follow on"), na B3, bolsa paulista. Com o negócio, a estatal reduziria sua participação dos atuais 70% para 40% da companhia, segundo fontes a par do assunto.

Avaliada em R\$ 27,3 bilhões, a participação da Petrobrás na BR Distribuidora equivale a cerca de R\$ 20 bilhões pela cotação de ontem na B3. A expectativa é levantar algo em torno de R\$ 8 bilhões com a operação. Pelo tamanho da oferta, a empresa está em busca de um investidor para ancorar a compra de ações no mercado. O fundo americano BlackRock foi apontado como um dos potenciais investidores financeiros nesta operação. Ou seja, ele garantiria a compra de uma fatia da oferta de ações da BR Distribuidora.

Surpresa. Segundo essas fontes, o anúncio da operação ao mercado pode ser feito nas próximas semanas com conclusão do negócio ainda neste semestre. No momento, a estatal está alinhando a modelagem de venda com órgãos

reguladores e o Tribunal de Contas da União (TCU) para não ter nenhuma surpresa de última hora. No ano passado, a Justiça suspendeu o processo de venda do gasoduto TAG, que só foi retomado neste ano depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a operação. Mas, como a BR já é listada na bolsa de valores, fontes acreditam que não haverá problema.

Em dezembro de 2017, a BR Distribuidora protagonizou a maior operação de mercado ao levantar R\$ 5 bilhões na abertura de capital (IPO, na sigla em inglês). A operação foi considerada a maior desde 2013, quando o BB Seguridade captou R\$ 11 bilhões.

Em alta. Líder em distribuição de combustíveis no País, a BR Distribuidora encerrou o ano passado com receita líquida de R\$ 97,7 bilhões, com aumento de 15,6% sobre 2017. O lucro líquido da empresa foi de R\$ 3,2 bilhões no mesmo período. Procuradas, Petrobrás, BR Distribuidora e BlackRock não comentaram o assunto.

A venda da participação da Petrobrás na distribuidora de combustível faz parte de um amplo plano de desenvolvimento iniciado ainda sob a gestão do executivo Pedro Parente para reduzir as dívidas da companhia. A meta é se desfazer de cerca de US\$ 27 bilhões até 2022.

Neste ano, a estatal deu um importante passo ao concluir a venda da TAG (gasoduto da região Norte e Nordeste) para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões (R\$ 33 bilhões pela cotação de ontem) – a maior venda da história da Petrobrás, segundo fontes de mercado. A estatal já tinha vendido o gasoduto NTS (da região Sudeste) para um consórcio liderado pela gestora canadense Brookfield por US\$ 4,2 bilhões (R\$ 16 bilhões).

A petroleira também voltou a colocar à venda a Liquigás – distribuidora de botijões de gás, conforme antecipou o Estado. Esse ativo já tinha sido vendido para o grupo Ultra, mas a operação foi barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). À época, o Ultra desembolsou R\$ 2,8 bilhões para levar a empresa. Fontes afirmam que, nesse caso, a expectativa é concluir uma venda no terceiro trimestre deste ano.

Há ainda uma lista de ativos que está na cesta de vendas da petroleira. Entre eles, a participação da estatal na Braskem, empresa petroquímica, que tem a Odebrecht como outro importante acionista do negócio. A operação está sendo negociada com a holandesa LyondellBasell e pode ser concluída ainda neste semestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/04/2019****Seção: Economia****Autor: REUTERS****Título: Após venda da TAG, estatal quer oferecer mais três gasodutos**

Com alta demanda por ativo, Petrobrás quer repassar fatia majoritária de operação que liga Santos a RJ e SP

A Petrobrás está preparando a venda de mais três gasodutos depois de levantar US\$ 8,6 bilhões (R\$ 33 bilhões) com o repasse do controle da TAG à francesa Engie, disseram três fontes com conhecimento do assunto.

O conjunto de gasodutos, consideravelmente menores do que os da TAG, podem ser avaliados em mais de US\$ 3 bilhões somados, segundo uma fonte. A Petrobrás contratou uma unidade do banco de investimento Credit Suisse para vender os ativos, que conectam a área do pré-sal na Bacia de Santos à infraestrutura terrestre.

Os planos iniciais previam a venda apenas de uma parcela minoritária dos três gasodutos, mas depois de conseguir mais recursos com a venda da TAG do que o imaginado, a petroleira já considera vender o controle desses ativos, duas fontes disseram, pedindo para não ter seus nomes revelados porque as discussões são privadas.

A decisão final será tomada depois que a nova diretora financeira indicada, Andrea Marques de Almeida, assumir o cargo. Conhecidas como Rota 1, Rota 2 e Rota 3, as três unidades têm cerca de 1 mil quilômetros de extensão que partem da Bacia de Santos para a costa.

Antes da venda da TAG, a Petrobrás já havia negociado 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora do Sudeste (NTS), por mais de US\$ 5 bilhões, em 2016, para um consórcio liderado pela canadense Brookfield.

Dois desses gasodutos já transportam gás natural gerado na exploração dos campos do pré-sal na Bacia de Santos para o litoral de Rio de Janeiro e São Paulo. Um terceiro ainda está em construção.

Atraente. O racional na venda de uma fatia majoritária nos gasodutos é atrair mais interessados do que uma alienação minoritária, uma das fontes afirmou. Alguns dos investidores que participaram do processo de venda da TAG também estão interessados nesses gasodutos, que oferecem fonte estável de fluxo de caixa.

O processo de venda não deve começar antes do segundo semestre porque a Petrobrás precisa do aval de seus parceiros de exploração no pré-sal para a transação, uma vez que eles têm participação na exploração do gás produzidos pelos campos. Esses parceiros incluem a francesa Total, a Shell e a chinesa CNPC, entre outros. Petrobrás e Credit Suisse não comentaram o assunto./
REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Por cartel em MG, Cade multa BR e Ipiranga

A BR pagará multa de R\$ 64,4 milhões e a Ipiranga, de R\$ 40,6 milhões, por terem ajudado postos de combustíveis de Belo Horizonte e outras cidades de Minas Gerais a formarem cartel. As duas foram condenadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ontem. Também investigada, Raízen foi absolvida.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Cerco.

Coluna do estado

Após André de Oliveira Cândia solicitar seu afastamento da presidência da Queiroz Galvão Energia, em meio ao processo de recuperação judicial da empresa, agentes associados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica vão agora pedir ao Ministério Público o bloqueio dos bens do executivo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Flavia Lima

Título: Inflação supera meta com alta de alimentos e gasolina

IPCA avança 0,75% em março e 4,58% em 12 meses; analistas descartam risco

Rio e São Paulo- A inflação oficial brasileira acelerou e fechou março em 0,75%, acima do 0,43% do mês anterior, informou nesta quarta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Foi a maior taxa desde junho de 2018, quando os preços sofreram impactos da greve dos caminhoneiros.

Para um mês de março, foi a maior inflação desde 2015. Alimentos e transportes foram responsáveis por 80% do índice. Juntos, representam 43% das despesas das famílias.

No primeiro trimestre, a inflação medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 1,51%, a maior para o período desde 2016.

Em 12 meses, a inflação chega a 4,58%, maior índice desde fevereiro de 2017 e acima do centro da meta estabelecida pelo governo — de 4,25%.

Diante do susto com a inflação em março, alguns analistas revisaram para cima as projeções de preços para o ano, mas sem força suficiente para romper o centro da meta.

Com isso, as posições com relação aos juros seguem intactas: a maioria dos economistas ainda espera que a taxa Selic permaneça em 6,5% ao longo do ano, e os que previam novos cortes em razão da retomada lenta da economia mantêm aposição.

Maurício Orenge, economista-chefe do Rabobank, não vê ameaça iminente para a inflação em meio à atividade lenta e pressão cambial limitada.

Ele mantém a previsão para o IPCA em 2019 em 3,8%, com a taxa Selic em 6,5%. Porém, as chances de um novo corte nos juros, diz Orenge, são maiores do que as de uma alta.

“Uns pontos a mais ou a menos [na inflação] não mudam nada”, diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. “O refresco externo e a fragilidade interna vão se manter, e o risco da reforma da Previdência vai sendo digerido e recalculado.” A taxa Selic, diz ele, deve cair para 6% até o fim do ano.

A MCM foi uma das consultorias a rever para cima a inflação em 2019, de 3,9% para 4%.

Em março, a alta dos alimentos foi puxada por tomate (31,84%), batata-inglesa (21,11%), feijão-carioca (12,93%) e frutas (4,26%). Em geral, as altas foram provocadas por questões climáticas.

Preferência dos brasileiros e produzido apenas no país, o feijão-carioca, por exemplo, sofreu com a estiagem no Rio Grande do Sul durante a primeira safra do ano. No primeiro trimestre, o preço do produto já subiu 105%, a maior alta desde o Plano Real.

Já o grupo transportes foi pressionado pela alta de 2,88% no preço da gasolina —o item com maior impacto na inflação de março — e de passagens aéreas, que subiram 7,29%.

Sozinha, a gasolina respondeu por 0,12 ponto percentual do IPCA de março. A alta reflete o repasse às bombas de reajustes de 10,82% promovidos pela Petrobras em suas refinarias durante o mês — o que levou os caminhoneiros a ensaiar nova reação.

Para o gerente do IBGE Fernando Gonçalves, a inflação mais alta parece pontual, pois ainda não há pressões sobre a demanda, que aparecem na inflação dos serviços (ela fechou o mês em 0,32% e em 12 meses soma 3,59%).

“Os últimos resultados da Pnad [pesquisa que calcula o desemprego] mostram aumento na desocupação e aumento no desalento. Isso tudo contribuiu para que as famílias empreguem os seus rendimentos no que é essencial, habitação e alimentação.”

Em abril, com a alta do petróleo, os combustíveis devem continuar pressionando a inflação: no mês, o preço da gasolina nas refinarias já subiu 5,61%. O preço do diesel está represado há duas semanas, segundo a nova política de preços da Petrobras, que estipula prazo mínimo de 15 dias entre reajustes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Cem dias após posse, estados em crise parcelam salários e paralisam obras

Novos governadores de RS, RJ, MG, RN e GO cortam até gasto básico na tentativa de sair do vermelho

PORTO ALEGRE, RECIFE E GOIÂNIA- O servidor gaúcho recebeu neste mês o salário que deveria ter sido pago em março, o 40o atraso seguido do estado. Os alunos goianos estão com professores da rede estadual em greve. Para os potiguares, novas obras estaduais só ocorrerão se a verba vier do Banco Mundial.

Cem dias após aposse, governadores de estados em grave crise fiscal e em calamidade financeira ainda parcelam salários, renegociam com fornecedores, tentam cortar custos básicos, como energia e telefone, e buscam apoio para vender estatais.

Com um déficit estimado em R\$ 7 bilhões para 2019, o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), ainda parcela salários — desta vez, ao contrário do antecessor José Ivo Sartori (MDB), o servidor recebe um calendário no fim do mês com as datas dos depósitos do mês seguinte.

Leite pagará 15 folhas de salário para 12 meses de exercício fiscal, porque Sartori não terminou de pagar os salários de dezembro e o 13o de 2018.

No total, a nova gestão herdou R\$ 15 bilhões em dívidas, com a União e fornecedores.

A saúde é uma das áreas que mais sofre, com atraso para hospitais e medicamentos.

No primeiro dia de governo, Leite fez uma série de decretos para economizar cerca de R\$ 530 milhões, suspendendo concursos e renegociando contratos. O estado também tenta vender 78 imóveis para arrecadar R\$ 22,7 milhões.

Sem privatizar o Banrisul, o estado tenta aderir ao Regime de Recuperação Fiscal — programa federal de socorro aos estados.

O governador oferece à União três companhias: de energia elétrica, de gás e de mineração. Porém, quer privatizar sem consultar a população em plebiscito, como determina a lei. Leite pretende excluir a obrigatoriedade com ajuda da Assembleia.

Para aumentar a arrecadação por meio da emissão da Nota Fiscal Gaúcha, o governo lançou um aplicativo para o consumidor controlar variação de preços.

Em Porto Alegre, o preço de meio quilo de lentilha pode variar de R\$ 2,99 a R\$ 11,50, uma diferença de 285%. O app já soma 84,3 mil pesquisas.

No Rio Grande do Norte, para tentar reverter um passivo de R\$ 2,6 bilhões, incluindo uma dívida de R\$ 950 milhões com o funcionalismo público e de R\$ 1,3 bilhão com fornecedores, um plano emergencial está em curso.

O estado já obteve autorização do Legislativo para antecipar royalties do petróleo de maio até dezembro de 2022. Com o edital da licitação pronto, o lance mínimo por meio de pregão eletrônico será de R\$ 315 milhões.

A governadora Fátima Bezerra (PT) autorizou a venda da folha de pagamento, o que pode gerar uma entrada de R\$ 250 milhões no caixa.

Por causa da crise, o estado zerou investimentos com receita própria. Novas obras serão feitas com empréstimos do Banco Mundial.

“Tem servidor que não recebeu ainda o 13o de 2017, não recebeu novembro de 2017. Há alguns com quatro folhas atrasadas”, disse o secretário de Planejamento do Rio Grande do Norte, Aldemir Freire.

Entre outras medidas, estão revisão de contratos com fornecedores, corte de despesa com custeio, teto para empenhos e reforço na fiscalização de comércios para aumentar a arrecadação.

Com déficit de R\$ 6,3 bilhões nas contas de Goiás, o governador Ronaldo Caiado (DEM) determinou economia em gastos com energia, água e telefone e estima economia de R\$ 502 milhões em 2019 só com revisão de contratos.

A medida deve provocar a paralisação de obras de infraestrutura e de concessionárias de serviços no estado. O governo ainda não divulgou a relação das obras afetadas.

Em meio à crise, parte dos professores da rede estadual está em greve desde o dia 3, cobrando salários e auxílio-alimentação atrasados.

São 157 (14%) das 1.121 escolas paralisadas total ou parcialmente, diz o governo. O sindicato dos professores estima 40% de adesão.

O governo goiano quer reforçar as ações fiscais para recuperação de créditos de devedores e combate à sonegação. Também está em vigor lei para revisar incentivos fiscais a usinas sucroalcooleiras, montadoras de veículos, atacadistas e empresas beneficiárias de programas estaduais.

Caiado tem feito viagens a Brasília em busca de auxílio federal do programa de equilíbrio fiscal que deverá ser lançado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), ainda sem data definida.

“Tenho certeza de que as pessoas já sentiram as mudanças dos cem dias do meu governo. Está latente que elas sabem a gravidade [da situação das contas públicas] com a qual iniciei o mandato”, disse Caiado à Folha.

Romeu Zema (Novo) assumiu Minas Gerais com salários parcelados e 13o em atraso, uma dívida de R\$ 6 bilhões com os municípios e uma das piores situações fiscais do país. A tônica, ao tomar posse, foi de austeridade e eficiência.

Além de focar Minas no Regime de Recuperação Fiscal, Zema aposta em duas reformas para apertar o cinto: fiscal e administrativa. A primeira ainda não foi apresentada.

A segunda prevê redução de secretarias e projeta uma economia de R\$ 1 bilhão em quatro anos.

Seriam, anualmente, R\$ 30 milhões em pessoal, R\$ 56 milhões em serviços terceirizados cortados (como seguranças em escolas) e cerca de R\$ 140 milhões em “ganhos de eficiência”, com base em estudo da Universidade Harvard. As medidas dependem, porém, do Legislativo.

Enquanto isso, os ajustes têm sido modestos.

O governador abriu mão de morar na residência oficial, vendeu duas aeronaves (uma por R\$ 2,2 milhões, a outra por R\$ 690 mil), leiloou 67 veículos (somando R\$ 471 mil) e parou de imprimir o Diário Oficial (economia de R\$ 2,2 milhões ao ano).

Ele ainda alterou a licitação de alimentação em unidades prisionais, prevendo redução de R\$ 20,2 milhões em 60 meses.

No Rio de Janeiro, as primeiras ações do governo Wilson Witzel (PSC) têm se concentrado na revisão de benefícios fiscais e no aperto a sonegadores. A Secretaria de Fazenda realizou dez operações para coibir fraudes.

O governo, porém, ainda não avançou na proposta de rever o plano de recuperação fiscal acordado com a União, uma das promessas de campanha. A avaliação é que o modelo atual tornará a dívida do estado impagável.

Como resultado da suspensão dos pagamentos da dívida com a União e de receitas extraordinárias, o estado fechou 2018 com superávit primário de R\$ 1,97 bilhão. Tem ainda, porém, R\$ 16 bilhões em restos a pagar herdados da gestão anterior.

Paula Sperb, João Valadares e Cleomar Almeida

Colaboraram Fernanda Canofre, de Belo Horizonte, e Nicola Pamplona, do Rio de Janeiro

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: PATROCÍNIO JUSTO****PAINEL S.A.**

Após investir em clube de futebol e fazer merchandising em novela, a Refinaria de Manguinhos, rebatizada de Refit, vai patrocinar o Anuário da Justiça Rio de Janeiro 2019, que será lançado na quarta (17), no TJ-RJ. A empresa entrou em recuperação judicial em 2017.

Combustível

O Sudeste produz 38,4 bilhões de m3 de resíduos orgânicos por ano, 46% do volume total gerado pelo país, segundo a Abiogás (associação de biogás e biometano). A região é a que tem maior potencial para expandir a produção dos gases no Brasil, de acordo com a entidade.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/04/2019****Seção: Economia****Autor: EDUARDO BRESCIANI, BRUNO ROSA, RAMONA ORDONEZ E FELIPE MOURA*****BRASÍLIA E RIO****Título: Salles defende leilão de petróleo, mas não garante licença**

Parecer do Ibama vê risco de contaminação em área próxima a Abrolhos. Ministro diz que vencedor buscará autorização ambiental

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou ontem que a liberação dada pelo Ibama para a inclusão de áreas sensíveis no litoral baiano, o que poderia afetar o Arquipélago de Abrolhos, na 16ª Rodada de Licitações não é garantia de licenciamento ambiental para os vencedores. O caso na Bahia foi cercado de polêmica porque havia parecer técnico do Ibama contrário à licitação, apontando risco de contaminação. A decisão do presidente do Instituto Eduardo Bim, no entanto, foi em favor do certame.

— O departamento de óleo e gás disse que não temos elementos para o licenciamento. O que o Ibama disse é que, no momento, como é só a realização do leilão, para este ato, os documentos já são suficientes. Se houver a aquisição dos lotes, aquele que adquirir terá de fazer licenciamento, o que poderá até

gerar impedimento (de exploração) — disse o ministro ao participar de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Salles disse concordar com a decisão do presidente do Iba-ma de liberar os lotes para a licitação. E reiterou que, caso na análise do licenciamento a exploração seja considerada inviável, isso será cumprido:

— Se for declarada inviável, será declarada inviável. E azar de quem comprou o lote.

SEGURANÇA JURÍDICA

Os pareceres técnicos do Ibama apontaram risco de contaminação em quatro das sete áreas que serão leiloadas. Entre os problemas estaria o risco de a dispersão de material na água atingir o litoral sul da Bahia e a costa do Espírito Santo, incluindo o complexo de recifes de Abrolhos.

Primeiro Parque Nacional Marinho criado no Brasil, em 1983, Abrolhos é considerada a região com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela administração da região. O parque abriga um significativo banco de corais e algumas espécies de animais exclusivas (endêmicas) dessa região. O local é fonte de subsistência para 20 mil pessoas, que se beneficiam da pesca e do turismo.

Eduardo Bim é técnico de confiança de Salles e trabalha de forma próxima ao ministro. Depois que ele assumiu o comando do Ibama, demandas encaminhadas ao Instituto costumam ser redirecionadas para a pasta do Meio Ambiente. Isso tem gerado desconforto entre o corpo técnico do Instituto.

Os senadores da Rede Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato entraram na Justiça para tentar impedir o leilão. O juiz substituto da 21- Vara Federal do Distrito Federal, Rolando Valcir Spanholo, não concedeu a liminar, mas intimou o Ibama a apresentar todos os pareceres para fundamentar sua decisão.

Salles defendeu mudanças no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Um ponto criticado foi o tamanho do conselho, que tem 104 titulares e igual número de suplentes. O ministro prepara reestruturação do órgão.

Segundo fontes, normalmente o Ibama é consultado antes da inclusão dos blocos no leilão pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Para o advogado Tiago do Monte Macêdo, especialista do Tauil & Chequer Advogados, se os blocos considerados polêmicos por risco de contaminação não forem retirados, isso pode trazer insegurança jurídica para os investidores.

Macêdo vê risco de litígio no futuro. Ele cita exemplo da 11ª rodada, em 2013, quando a petroleira Total arrematou um bloco na Foz do Amazonas. Até hoje não conseguiu licença ambiental. Macêdo defende que o país adote política ambiental clara para não perder investimentos.

*Estagiário sob supervisão de Martha Beck

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/04/2019

Seção: Economia

Autor: PATRICK BROCK - Especial para O GLOBO NOVA YORK

Título: Guedes promete rigidez em acordos comerciais

"Quem não abrir o mercado para nós, vamos abandonar" afirma ministro. Ele estima ainda que a meta de privatizações, de US\$ 20 bilhões, deve ser ultrapassada "facilmente" em 30% ou 40%

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem em Nova York, durante palestra em um evento promovido pela XP Investimentos sobre os cem primeiros dias do governo Jair Bolsonaro, que o Brasil pretende adotar uma postura mais rígida quando negociar acordos comerciais com seus parceiros.

— Quem não abrir o mercado para nós, vamos abandonar —disse Guedes.

Como exemplo de como o governo brasileiro pretende agir com parceiros tradicionais, o ministro citou o México e a Argentina.

—A cada 20 anos esse acordo com o México entra em colapso. Desta vez dissemos a eles: vamos fazer diferente, e ver como vai — afirmou, comentando depois sobre a Argentina. — Eles vão dizer: queremos que vocês tomem mais nossos vinhos. Diremos: OK. Vocês têm que tomar mais leite nosso. Senão, deixamos de lado.

Guedes estimou ainda que o governo pode superar a meta de levantar US\$ 20 bilhões com privatizações e concessões:

— Vamos ultrapassar a meta de privatizações em 30%, 40%, facilmente. Discretamente, sem fazer barulho, já vendemos US\$ 12 bilhões.

EUA ESTÃO NO "REHAB"

O ministro expressou otimismo quanto ao futuro do país, alertando que a economia mundial deve crescer menos nos próximos anos, enquanto o Brasil se

encontra nas condições ideais para um desenvolvimento mais acelerado com inflação controlada e déficit relativamente sob controle.

— O mundo vai desacelerar nos próximos anos. Vocês [EUA] estão entrando no rehab, nós estamos saindo. O Brasil estava dormindo, agora acordou e vamos crescer mais rapidamente no futuro próximo — afirmou Guedes, usando o termo em inglês para programas de reabilitação.

Guedes disse ainda que pretende reduzir as taxas de importação, do patamar atual, de uma média de 14%, para "tarifas lineares de 1% a 4%". O ministro disse ainda que, nos próximos dois ou três meses, deve apresentar uma proposta de unificação de tributos federais em um único imposto, um tipo de IVA. Ele classificou o atual sistema tributário brasileiro de abusivo. O plano, segundo ele, é baixar impostos, mas ampliando a base de contribuintes com medidas de simplificação tributária.

CESSÃO ONEROSA

Com relação à cessão onerosa, cujo acordo foi anunciado na noite de terça-feira, Guedes disse que o plano é repassar cerca de 70% dos recursos gerados com o petróleo excedente na área do pré-sal a estados e municípios, ficando a União com apenas 30%.

— Vamos descentralizar esse dinheiro da cessão onerosa — afirmou.

Para Guedes, a questão, que se arrastava desde 2013, não havia sido resolvida porque "dois ministros que não se entendiam e preferiam deixar a torta do que dividir a torta."

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: TCU proíbe Eletrobras de reajustar salários

> O Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu ontem o Conselho de Administração da Eletrobras de conceder reajuste de salários ou de qualquer outra remuneração a seus dirigentes. A mesma decisão também impede a Infraero de pagar salários acima do teto constitucional (R\$ 39,2 mil) para funcionários ou diretores. O cálculo considera a soma de salário e participações nos lucros.

> As decisões, ainda provisórias, foram tomadas em um processo do TCU que analisa a dependência que as estatais têm com o Tesouro Nacional.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/04/2019****Seção: Economia****Autor: DAIANE COSTA****Título: Gasolina e alimentos fazem inflação subir 0,75% em março**

Em 12 meses, IPCA chega a 4,58%, superando a meta do BC, de 4,25%

A inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acelerou para 0,75% em março, informou ontem o IBGE. A alta é resultado de aumentos expressivos nos preços dos alimentos consumidos em casa e da gasolina e do álcool. É a maior taxa para o mês desde 2015, quando ficou em 1,42%. No ano, o IPCA acumula alta de 1,51%, a maior para o primeiro trimestre desde 2016.

Em 12 meses, o IPCA acumulado é de 4,58%, superando, assim, a meta de inflação do Banco Central, de 4,25%. Isso não ocorria desde outubro do ano passado.

Economistas ouvidos pela Bloomberg projetavam alta de 0,62% no mês. Essa aceleração, porém, não deve se manter, porque as expectativas para a inflação do ano estão ancoradas.

— Historicamente, os alimentos têm elevação de preços nos primeiros meses do ano, mas depois eles se acomodam. E a demanda continua fraca. Então, são pressões pontuais sobre a inflação que em nada mudam sua trajetória, que é de taxas comportadas para este ano — diz Julia Passa-bom, economista do Itaú Unibanco, cuja previsão para o IPCA do ano está em 3,6%.

Em março, oito dos nove grupos de preços pesquisados pelo IBGE tiveram alta.

O grupo de transportes foi o que mais acelerou, para 1,44%, devido à alta de 2,88% e 7,02%, respectivamente, dos preços na bomba da gasolina e do etanol.

Os alimentos aceleraram 1,37%, sendo a variação da alimentação em domicílio ainda maior: 2,07%. As maiores altas foram do tomate (31,84%), da batata-inglesa (21,11%), do feijão-carioca (12,93%) e do feijão-preto (12,55%).

Este mês, a inflação deve ser pressionada pelo reajuste nos medicamentos, de até 4,33%, que entrou em vigor em 31 de março. A projeção preliminar do Itaú para o IPCA de abril é de alta de 0,57%, chegando a 4,94% em 12 meses, perdendo fôlego em maio e junho.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/04/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Após vender TAG, Petrobras pretende se desfazer de mais gasodutos**

Após repassar a TAG para a francesa Engie por US\$ 8,6 bilhões, a Petrobras se prepara para acelerar a venda de outros ativos na área de gás. A estratégia, de acordo com uma fonte ligada às negociações, é se desfazer de diversos gasodutos pelo Brasil até o fim do ano. O plano está em linha com a intenção do governo de aumentar a participação da iniciativa privada no segmento, dominado pela Petrobras.

Estão no plano de desinvestimentos da estatal redes de gasodutos que ligam campos de petróleo do pré-sal na Bacia de Santos a refinarias e operações terrestres, como as Rotas 1, 2 e 3. A estatal ainda avalia um modelo de venda. Pode ser em conjunto, em um pacote envolvendo refinarias ou de forma isolada. Segundo a agência Reuters, a avaliação dessas três estruturas poderia chegar a US\$ 3 bilhões.

Além da TAG, a Petrobras já vendeu a NTS para a Brookfield por cerca de US\$ 5,2 bilhões. A estatal também analisa a possibilidade de venda de sua fatia de 51% na TBG, dona do gasoduto Brasil-Bolívia. A rede entrega até 30 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Procurada, a Petrobras informou que não comenta a venda de ativos.

APÓS ACORDO, AÇÕES CAEM

A notícia de que a Petrobras receberá US\$ 9 bilhões (cerca de R\$ 33,69 bilhões) na revisão do acordo de cessão onerosa de uma área do pré-sal, divulgada na noite de terça-feira, e a alta do petróleo não evitaram queda das ações da estatal ontem. As preferenciais (PNs, sem direito a voto) caíram 1,30% e as ordinárias (ONs, com direito a voto), 0,55%. Segundo analistas, o mercado aprovou o acordo, mas, como os papéis estão na máxima do ano, foi difícil sustentar a alta experimentada de manhã.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 11/04/2019****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Acordo sobre cessão onerosa agradou**

Após o fechamento do acordo entre União e Petrobras sobre cessão onerosa, na véspera, as ações ordinárias da estatal tiveram queda de 0,55%, e as preferenciais recuaram 1,30% no pregão de ontem da Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Para os analistas, a desvalorização ocorreu porque o valor a ser ressarcido pela União à petroleira, de US\$ 9 bilhões, está em linha com a previsão do mercado, que já tinha precificado a operação.

Para Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, os papéis da petroleira subiram na expectativa de fechamento do acordo, negociado desde 2013, e, quando o número realmente saiu, houve queda. “É aquela máxima do mercado: ‘subiu no boato e caiu no fato’. Como houve valorização antes, quem comprou realizou lucro”, avaliou.

Na opinião do diretor da corretora Mirae Asset, Pablo Spyer, o resultado ficou dentro do esperado pelo mercado. “As estimativas giravam entre US\$ 8 bilhões e US\$ 10 bilhões. O mais positivo é que esse acordo finalmente saiu”, afirmou. Segundo ele, assim que foi anunciado, o ADR (American Depositary Receipt) da Petrobras negociado na bolsa de Nova York subiu 0,5%. “O reflexo foi imediato, mas sabíamos que tudo poderia mudar na abertura do mercado hoje (ontem)”, destacou.

Em fevereiro, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu a data de 28 de outubro para a realização do leilão. Serão ofertadas as áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia, na Bacia de Santos. Estimativas apontam a possibilidade de excedente de 6 bilhões até 10 bilhões de barris de petróleo e, aproximadamente, R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, afirmou que espera que o bônus seja maior que a indenização à Petrobras. Segundo ele, parte do dinheiro será usada para pagar a estatal e o restante vai para o Tesouro.

Entenda

A cessão onerosa foi um acordo fechado em 2010 entre a União e a Petrobras, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris em seis áreas do pré-sal na Bacia de Santos (SP) sem licitação. A União transferiu à estatal Letras do Tesouro Nacional (LTN), equivalentes a R\$ 74,8 bilhões, que seria o valor do óleo naquele período, para ficar com uma participação maior na empresa. A Petrobras pagou os barris com as LFTs.

O processo permitiu a capitalização da Petrobras em R\$ 120 bilhões, porque o lançamento de ações foi maior do que as que ficaram com a União. Outros investidores compraram R\$ 45,4 bilhões em papéis. Em 2011, a Petrobras começou a explorar a área, perfurou diversos poços, achou petróleo em todos e descobriu que havia mais do que os 5 bilhões de barris previstos.

Como o potencial da área é estimado entre 6 bilhões e 10 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe) adicionais, o excedente não pertence à Petrobras, mas à União. A negociação demorou cinco anos porque a petroleira alegava que, na época do contrato, o petróleo estava em torno de US\$ 80 o barril, subiu a US\$ 110 e, depois, caiu a menos de US\$ 30. Por isso, teria direito a ser ressarcida. Com o acordo, a estatal vai levar US\$ 9 bilhões de indenização, e o governo vai realizar o leilão do excedente de petróleo, com geração de caixa aos cofres públicos. (RH)

Zona Franca de Manaus em debate

A importância da Zona Franca de Manaus para o crescimento do país será o tema, hoje, do seminário organizado pelo Correio no auditório do Tribunal de Contas da União (TCU), das 9h30 às 13h30. Estarão presentes ao debate o presidente do TCU, José Múcio Monteiro, o ministro Bruno Dantas, a ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie e o superintendente da Suframa, coronel Alfredo Menezes. A área de livre comércio possui mais de 600 indústrias, emprega cerca de 500 mil pessoas e, em 2018, faturou R\$ 85 bilhões.

MME / ASCOM .